



# CÂMARA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES

Estado do Espírito Santo

## PARECER JURÍDICO E CONTÁBIL nº 005/2026

**Processo nº 938/2025**

**Autor: Poder Executivo Municipal**

**Projeto de Lei Complementar nº 014/2025.**

**Assunto: reclassificar o cargo efetivo de Fiscal Tributário.**

PADRÃO DE VENCIMENTO. INICIATIVA  
LEGISLATIVA. ESTRUTURA DA  
CARREIRA. CONSTITUCIONALIDADE.  
VENCIMENTO. READEQUAÇÃO.

### 1. RELATÓRIO

Foi encaminhado à Procuradoria Jurídica e à Contadoria Legislativa solicitação, pelas Comissões Permanentes desta Casa de Leis, para análise e emissão de Parecer o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 014, de 15 de outubro de 2025, de autoria do Chefe do Poder Executivo, que visa alterar dispositivos da Lei Complementar nº 25, de 27 de fevereiro de 2020.

A proposta normativa tem por finalidade precípua a reclassificação do cargo efetivo de Fiscal Tributário, elevando-o do Padrão de Vencimento PV-02 para o Padrão de Vencimento PV-01.

Segundo a Exposição de Motivos, anexa ao Projeto de Lei Complementar, a medida justifica-se pela complexidade das atribuições, pela exigência de nível superior específico (Administração, Contabilidade, Direito ou Economia) e pela necessidade de isonomia remuneratória com cargos de idêntica exigência técnica, como Auditores e Contadores.

É o breve relatório.

### 2. ANÁLISE JURIDICA

*Ab initio*, cumpre ressaltar que o parecer ora exarado não substitui as análises das Comissões especializadas desta Casa de Leis tendo em vista sua representatividade popular. Isto posto, é mister esclarecer que o parecer em questão não tem força vinculante sobre a aprovação do projeto de lei pelos edis eleitos pelo





# CÂMARA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES

## Estado do Espírito Santo

povo.

Cumprе, ainda, assinalar que a presente manifestação jurídica exara-se nos estritos limites legais, restringindo-se à verificação da regularidade formal do procedimento e à sua compatibilidade formal e material com o ordenamento jurídico vigente, sem adentrar em juízos de valor atinentes à conveniência, oportunidade ou mérito administrativo.

### 2.1- Da Competência

A Constituição Federal de 1988 deferiu aos Municípios o poder de legislar sobre a sua auto-organização e sobre assuntos de interesse local, bem como o poder de suplementar a legislação federal e estadual no que couber. Neste sentido, é o que prescreve o artigo 30, incisos I e II, da Constituição Federal de 1988:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Em nosso entendimento, interesse local é todo e qualquer assunto de origem do Município, considerado primordial, essencial e que de forma primaz atinge direta ou indiretamente a vida do município e de seus munícipes.

A Constituição Federal assegura ao Município autonomia política, administrativa e financeira, incluindo a prerrogativa de dispor sobre seu quadro de pessoal e respectivo regime jurídico, desde que respeitados os parâmetros constitucionais.

### 2.2- Da Iniciativa para legislar

Quanto à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, tal iniciativa encontra pleno amparo no art. 61<sup>1</sup>, §1º, inciso II, alínea “a”, da Constituição Federal, aplicável aos Municípios por força do princípio da simetria, que reservam ao Chefe do Executivo a competência para propor leis que tratem de estrutura administrativa, cargos, funções e remuneração.

Nesse interim, o artigo 45 e seguintes da Lei Orgânica Municipal dispõe que a iniciativa das leis que disciplinem sobre situação funcional dos servidores cabe ao

<sup>1</sup> Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que: (...)

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração; (...)





# CÂMARA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES

## Estado do Espírito Santo

Prefeito Municipal, conforme o inciso V, do artigo supramencionado:

Art. 45. Ao Prefeito compete, privativamente, entre outras atribuições:  
VII – prover os cargos públicos, contratar servidores e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores;

Nessa perspectiva, é patente a competência do Chefe do Poder Executivo legislar sobre a hipótese de reclassificação do cargo de Fiscal Tributário, estando o presente Projeto de Lei juridicamente adequado e constitucional.

### 2.3. Da Constitucionalidade Material e Princípios Administrativos

Quanto ao mérito do Projeto de Lei Complementar em análise, verifica-se que ele visa readequar o padrão de vencimento do cargo de Fiscal Tributário, passando do PV-02 para o PV-01, fazendo as devidas alterações na Lei Complementar nº 025/2020, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Servidores da Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves/ES.

A alteração proposta é pautada no princípio da isonomia, posto que visa conceder o mesmo padrão de vencimento a cargos que possuem a mesma carga horária de 40 horas semanais, o mesmo nível de escolaridade exigido para investidura (curso superior em Administração, Ciências Contábeis, Direito ou Economia, com registro no respectivo conselho de classe), bem como a mesma complexidade das atribuições de outros cargos de igual exigência técnica e responsabilidade, como, por exemplo, Auditor, Administrador, Contador e Controlador Público Interno, todos enquadrados no Padrão de Vencimento PV-01.

Importante ressaltar que o art. 37, XIII<sup>2</sup>, da Constituição Federal veda qualquer tipo de equiparação. Todavia, o caso em apreço trata-se de um reposicionamento do cargo a um padrão remuneratório compatível com suas atribuições e exigências.

A Mensagem do Projeto de Lei em apreço ainda afirma que as atribuições dos Fiscais Tributários será ainda maior em razão da Reforma Tributária, o que justifica a readequação em razão da maior complexidade das atribuições:

A recente reforma tributária, introduzida pela Emenda Constitucional nº 132/2023, representa uma das mais significativas transformações do sistema tributário nacional desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. Entre outras mudanças estruturais, a reforma substitui o ICMS (estadual) e o ISS (municipal) pelo Imposto sobre

<sup>2</sup> Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; (...).





# CÂMARA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES

## Estado do Espírito Santo

Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada, incidente no destino e com base ampla sobre o consumo.

Essa profunda alteração, embora traga maior simplificação e justiça fiscal, impõe novos desafios aos municípios, que deverão adequar suas estruturas fiscais, orçamentárias e administrativas para garantir eficiência e equilíbrio na arrecadação de tributos.

Nesse contexto, torna-se imprescindível fortalecer a atuação dos Fiscais Tributários Municipais, cuja função é essencial para assegurar a efetividade da arrecadação, a justiça fiscal e o financiamento das políticas públicas. A valorização desses servidores, aliada à adequação de sua estrutura remuneratória, é medida que se impõe diante da relevância e da complexidade das atribuições que desempenham.

O próprio texto legal esclarece que não há criação de cargos, alteração de atribuições ou modificação da estrutura da carreira, limitando-se à adequação do padrão remuneratório equivalente ao de cargos com igual grau de complexidade técnica, escolaridade exigida e responsabilidade funcional, o que afasta por completo a ofensa ao art. 37, XIII, da CF/88.

Portanto, não se trata de reenquadramento funcional irregular, mas de ajuste legislativo legítimo, compatível com a discricionariedade normativa do ente municipal, desde que observados os limites constitucionais, o que se verifica no caso em análise.

Diante do exposto, o PLC em análise é materialmente constitucional, não havendo a criação de um gatilho de aumento automático (equiparação), mas sim um novo enquadramento em tabela já existente para cargos de nível superior.

### 3. DA TÉCNICA LEGISLATIVA ADEQUADA

O texto do projeto apresenta estrutura formal adequada, atendendo em geral aos requisitos de clareza e separação lógica previstos na Lei Complementar nº 95/1998.

Recomenda-se, entretanto, um ajuste quanto ao artigo final, posto que prevê vigência imediata com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

No mais, a redação está em linguagem técnica-jurídica apropriada, não há previsão de revogação dos anexos da Lei Complementar nº 25/20, apenas sua atualização.

### 4- ASPECTOS CONTÁBEIS E ORÇAMENTÁRIOS

A análise contábil, orçamentária e financeira, verifica que o Projeto de Lei Complementar nº 014/2025, que dispõe sobre a alteração de Lei Complementar nº 25, de 27 de fevereiro de 2020, implica aumento de despesa obrigatória de caráter continuado.







# CÂMARA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES

## Estado do Espírito Santo

A proposição gera impacto financeiro decorrente da elevação do padrão remuneratório do cargo de Fiscal Tributário que reclassifica o cargo efetivo de padrão PV-02 para PV-01, razão pela qual se faz necessária a observância dos arts. 15, 16, 17 e 21 da Lei Complementar nº 101/2000, a criação de cargos que implique aumento de despesa dessa natureza deve estar acompanhada de:

- estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois exercícios subsequentes;
- declaração do ordenador da despesa quanto à adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA), bem como à compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Da análise dos autos, verifica-se que tais exigências foram formalmente atendidas, uma vez que constam do processo Anexos de Estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro e Declarações de Adequação Orçamentária e Financeira.

As estimativas apresentadas consideram o aumento do padrão de vencimentos de 02 (dois) Fiscal Tributário, com remuneração base atualizada de R\$ 5.284,76, contemplando os encargos sociais incidentes, férias, adicional constitucional de 1/3 e décimo terceiro salário.

Consta dos autos a Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro, a qual demonstra que o acréscimo anual estimado será de:

- Exercício de 2025: acréscimo estimado de R\$ 9.506,06, referente a dois meses;
- Exercício de 2026: acréscimo estimado de R\$ 57.360,36;
- Exercício de 2027: acréscimo estimado de R\$ 57.360,36.

Entretanto, considerando que o exercício financeiro de 2025 já se encontra encerrado, verifica-se que as estimativas de impacto orçamentário-financeiro constantes dos autos contemplam período já superado, o que compromete a análise atualizada da despesa obrigatória de caráter continuado.

Dessa forma, solicita-se a apresentação de nova Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro, em conformidade com os arts. 16, 17 e 21 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com projeções a partir do exercício vigente, abrangendo este e os dois exercícios subsequentes, bem como a correspondente Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira, atualizada.





# CÂMARA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES

## Estado do Espírito Santo

A medida é necessária para assegurar a regularidade da análise contábil, a observância do equilíbrio fiscal e a adequada instrução do processo legislativo.

No que se refere aos limites de despesa com pessoal, observa-se que, conforme as projeções apresentadas, os percentuais permanecem inferiores:

- ao limite máximo de 54% da Receita Corrente Líquida, previsto no art. 20 da LRF;
- ao limite prudencial de 51,30%, nos termos do art. 22, parágrafo único, da LRF;
- ao limite de alerta de 48,60%, conforme art. 59, §1º, inciso II, da LRF.

Ressalta-se, ainda, que a Lei Orçamentária Anual então vigente indicava dotação suficiente para absorver as despesas decorrentes da criação dos cargos, bem como previsão de cobertura orçamentária para os exercícios subsequentes, condicionando-se, entretanto, a validação dessa informação à atualização da estimativa de impacto orçamentário-financeiro.

#### 4- CONCLUSÃO

Destarte, após análise e em fundamento com o amparo legal, jurídico e contábil, entendemos pela constitucionalidade do Projeto de Lei em apreço visto não apresentar vício de iniciativa e suas disposições estarem em consonância com a legislação pátria.

Todavia, no que se refere aos aspectos contábeis e orçamentários, considerando que o exercício financeiro de 2025 encontra-se encerrado, conclui-se que as estimativas de impacto orçamentário-financeiro constantes dos autos carecem de atualização, sendo indispensável a apresentação de nova Estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro, com projeções a partir do exercício vigente e abrangendo os dois exercícios subsequentes, acompanhada da correspondente Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira, em observância aos arts. 16, 17 e 21 da Lei Complementar nº 101/2000.

Ante todo o exposto, opina-se pela regularidade jurídica da matéria, condicionando-se, contudo, a manifestação conclusiva quanto à viabilidade orçamentária e financeira à prévia juntada da documentação atualizada, a fim de assegurar a observância do equilíbrio fiscal e a adequada instrução do processo legislativo.





# CÂMARA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES

Estado do Espírito Santo

Este é o parecer, salvo melhor juízo.

Alfredo Chaves (ES), 28 de janeiro de 2026.

**Adriana Peterle**

Procuradora Legislativa

Matrícula 119

**Débora Fonseca Gonçalo Neves Fabiano**

Contadora Legislativa

Matrícula 118



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://spl.camaraalfredochaves.es.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 310031003700380038003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Débora Fonseca Gonçalo Neves Fabiano** em 28/01/2026 18:45

Checksum: **DB52C9C5AAF820839B47C5BB7A7F688E23AA65667894CC5F2C978B0A52CF0AF4**

Assinado eletronicamente por **Adriana Peterle** em 28/01/2026 18:47

Checksum: **F02FDC04E44160BC34616C87C71188B61C46F509936C72A6FCAF20800668E0EB**

